

ANDRÉA DE MAYO, O GÊNERO TRAVESTI E A CORAGEM DA VERDADE

ANDRÉA DE MAYO, THE TRANSVESTI GENDER AND THE COURAGE OF TRUTH

Marcio Nicolau¹

RESUMO: O artigo, tendo por fio condutor as histórias da militante travesti Andréa de Mayo, concentra-se nas subjetividades travestis que emergem em São Paulo entre os anos de 1970 e 1980. Partindo da imprensa, a presente análise aborda os modos de assujeitamento e de subjetivação. Assim, busca ressaltar as táticas de desassujeitamento possibilitadas pela narração contínua de si. Destaca a elaboração de si por si, argumentando que a reflexividade é ativada quando ressignificamos normas históricas, que são internalizadas, não naturais. Em suma, neste artigo, indico que a forma como somos ensinados a pensar sobre nós molda, constantemente, nossas narrativas pessoais, constituindo, ao mesmo tempo, singularidades.

Palavras-chave: Andréa de Mayo; gênero; travestis.

ABSTRACT: The article, having as its guiding thread the stories of the transvestite activist Andréa de Mayo, focuses on the transvestite subjectivities that emerged in São Paulo between the 1970s and 1980s. Starting from the press, this analysis addresses the modes of subjection and subjectivation. Thus, it seeks to highlight the dissubjectization tactics made possible by the continuous narration of the self. It highlights the elaboration of oneself by oneself, arguing that reflexivity is activated when we give new meaning to historical norms, which are internalized, not natural. In short, in this article, I indicate that the way we are taught to think about ourselves constantly shapes our personal narratives, constituting, at the same time, singularities.

Keywords: Andréa de Mayo; gender; transvestites.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta análise, enfocando eventos discursivos, relações descontínuas, aposta em redefinições das normas históricas que nos são oferecidas. Tomo por pressuposto que a atitude crítica, não reduzida a “apontar defeitos” (Butler, 2013), consiste no “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (Foucault, 2004, p. 148), experimentando formas de resistência reflexiva ao controle e disciplina. Para além de acusar as articulações da dupla saber-poder, esse modo de “indocilidade refletida” - que aqui, alinhado com Michel Foucault (2011), chamo “coragem da verdade” -, é uma abordagem crítica das formas de compreensão

¹ Doutor em História. Pesquisador do LabQueer/PPHR/UFRRJ. E-mail: marcioalmeidanicolau@id.uff.br

e de categorização do mundo. Como desocultar a rede interconectada de práticas do discurso que atuam na formação subjetiva dos sujeitos? Analisando a subjetivação como uma ação contínua, relacional, que depende de arranjos constantes, podemos imaginar outros meios de os indivíduos perceberem a si mesmos, formas de se ver e de aparecer menos sujeitadas? Apresentado por Foucault como parte de uma ética mais ampla do cuidado de si, o “dizer a verdade” (mesmo em face de riscos ou consequências negativas) não é apenas um ato de coragem individual, mas também uma forma de resistência e de questionamento das estruturas históricas de poder.

Em linha com a abordagem desenvolvida por Foucault (2012b), tomo o discurso não como uma forma de comunicação, mas como uma prática que molda realidades sociais e identidades. Ao examinar as afirmações feitas no discurso, meu foco está nos modos como são articuladas essas afirmações e nos contextos em que surgem, está na exploração das regras de formação das enunciações, em sua desnaturalização. Admitindo que as práticas discursivas, a linguagem e as instituições permitem “tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito” (Butler, 2019, p. 10), o presente texto assume um posicionamento que considera tanto as condições constitutivas dos gêneros (nas práticas discursivas), quanto a contingência e mutabilidade dessa construção aberta. Faço aqui um comentário e crítica ao conceito de gênero como alteridade a ser acolhida, noção que é progressivamente assimilada na história. Questiono a noção de diversidade de gênero subsumida na agenda da inclusão, que, em vez de potência teórico-crítica, esforçando-se por não ultrapassar os limites do permitido, funciona como fissura de alívio para o que podemos designar como cisnormatividade historiográfica (Lopes, 2018). Ao insistir na indeterminação, nas tensões, sublinho a leitura de gênero como performatividade (Butler, 2015), que não apenas denuncia o sistema de inteligibilidade estipulado pela dupla poder-saber, mas permite enxergar o que constitui a aceitabilidade desse sistema e, assim, questionar a afirmação da diferença essencializada e não relacional. Sob a aparência de interrogação teórico-política, como indico, o gênero como inclusão perpetua um tipo de tutela sobre o sujeito (Veiga-Neto; Lopes, 2012), que trata a diferença como algo intrínseco e inalterável, ao invés de algo que é sempre negociado e construído em relação com outrem, performativamente.

Mas o que estou dizendo ao dizer “gênero performativo”? E quais sentidos atribuo ao termo cisgeneridade, apropriado na bibliografia acadêmica? Performatividade de gênero, conforme entendo, consiste na forma como os indivíduos se tornam sujeitos em relação ao poder, um processo histórico que implica em escolhas estéticas, ético-políticas, não confundida aqui “ação” com voluntarismo, tampouco “sujeição” com dominação (Butler, 2020). O conceito de gênero performativo amplia a crítica foucaultiana ao modelo discursivo de identidades sexuadas. Funciona como ferramenta para desconstruir a heterossexualização compulsória. A teoria da performatividade de gênero, crítica à heteronorma, interroga as formas como somos ensinados a pensar sobre nós mesmos, explorando as diferentes maneiras pelas quais podemos nos constituir como sujeitos.

A cisgeneridade emerge como categoria útil para questionar os gêneros e sexualidades tidos como natureza, como origem e como destino. Para além de nomear pessoas não trans, heterocisgêneras, é um conceito que expõe o caráter inautêntico dos gêneros, desafiando as noções de poder e de conhecimento (Bonassi, 2017). Ao desarranjar o par cisheterossexual homem/mulher, essas teorizações convidam a pôr em questão verdades e certezas. Em sentido foucaultiano, permitem problematizar as “dramáticas discursivas” que posicionam o sujeito como central na articulação da experiência. O conceito de gênero cis não apenas identifica as pessoas não trans e heterossexuais, também revela a inautenticidade e a construção histórica dessas categorias. Expõe a artificialidade das categorias de gênero que são comumente aceitas como naturais, inatas e inalteráveis. Ou seja, exerce uma função crítica importante, mostrando que os saberes são históricos e analisáveis. Promove uma crítica ao conhecimento hegemônico que sustenta essas categorias, ajudando a criar um entendimento menos dogmático sobre as formas de ser e viver o gênero. A cisgeneridade aponta que todas as identidades de gênero são construções sociais, não apenas as identidades trans. Ao nomear explicitamente a experiência de ser cisgênero, o conceito desfaz a ideia de que esse gênero é a norma “natural” ou “autêntica”. Isso ajuda a expor o fato de que as categorias de gênero são produzidas nas e pelas práticas sociais, culturais e históricas. Sugere que as identidades são constantemente moldadas por forças sociais e que podem mudar. Ao destacar a cisgeneridade, é possível criticar como as normas de gênero e sexualidade são mantidas e reforçadas, como se tornam internalizadas, parecendo naturais.

Como reencobrimos as normas que delimitam o que é lícito “ser”? Ao admitir o gênero não cis como alguém “outro”, menor (em termos cognitivos, morais e comportamentais), replicamos a lógica produtora de subjetividades precárias (Butler, 2011). Autorizada a existir como *outsider*, a “diferença”, como uma existência concedida, é útil a ontologias históricas que arvoram a si mesmas como única racionalidade possível, racionalidade que elege alguns como ilegais. Como frustrar os objetivos reguladores desse sistema contingente, mutável, que ora chamamos cisheteronormatividade, dispositivo que distribui, organiza, prescreve, a cada um seu lugar? A tolerância ao dessemelhante, inclusão excludente (Viega-Neto; Lopes, 2007), ontologiza a posição de sujeito naturalizada como universal. A forma essencial de gênero, o gênero hétero (Swain, 2009), enxergado como ponto de vista neutro, transparente, reproduz a indiferenciação entre o que é percebido como cis, hétero e branco e o que é reconhecido como humano. Afasto aqui a concepção de poder unidirecional, centralizado, para analisar o que Foucault descreve como um emaranhado entre o pensamento replicante e o transformador, mecanismos que não só controlam e regulam os comportamentos, mas também produzem sujeitos conforme normas específicas. Nestas linhas, seguindo a tese de Judith Butler (2015), que aponta o *status* performativo do “natural”, abordo o gênero como conceito que permite historicizar, nos rastros do criticismo foucaultiano, o poder produtivo que opera disseminado, as relações constitutivas entre poder e saber.

Para pensar os efeitos não apenas de privação, mas também formativos da cisheteronormatividade, ponho em questão o sexo como regime de repressão, sem desconsiderar as formas disciplinares (vigilância, sanção, exame) a partir das quais damos sentidos à nossa existência singular. Compreendo a cisgeneridade compulsória como matriz de inteligibilidade social. Posicionando a subjetividade no âmbito do político, não do individual (Moirá, 2017), a categoria cis pode funcionar como operativo analítico e assim permitir o interrogar-se sobre a atualidade, uma ontologia crítica do presente. Apoiado na problematização da “hipótese repressiva”, que afasta a concepção de poder uniforme, unilateral e maciço, abordo a produção de poder que opera vertical e horizontalmente, múltipla e móvel, enquanto formas peculiares de controle e regulamentação. Essas formas, às vezes, têm por função organizar silêncios, mas não se exercem apenas como interdição. As teorizações que balizam analiticamente este artigo não permitem falar em gêneros livres do discurso, “fora do poder”. Abordo a constituição dos gêneros em sua relação com a

verdade, alinhado com a análise foucaultiana de poder. Assim, analiso a forma específica de controle governamental da política nacional pós-64, percebendo a linguagem por uma teoria da ação (Austin, 1990).

Como exercício político, regulação contingente, mutável (Butler, 2018a), a performatividade é um processo histórico que enxerga não o indivíduo isolado, mas a ética relacional, interdependente (Butler, 2017). Longe de acomodar a “diversidade”, essa formulação aponta as possibilidades de autoexame crítico e autotransformação entrelaçadas ao poder e saber. Seguindo Butler (2020), as práticas performativas nos tornam seres éticos, específicos e significativos. Valendo-me aqui do foucaultianismo butleriano, aproximo os conceitos de “cuidado de si” e de “gênero performativo”. Objetivo: pensarmos histórias em níveis mais granulares da sociedade, com foco tanto em repetições sujeitantes quanto nas microrresistências. Como aprimorar-se, compreender e elaborar a si mesmo? Como assumir a responsabilidade ética sobre si, desafiando a moralidade que nos governa, de modo a contribuir para a transformação social?

Sobre essas questões, a empresária da noite, militante travesti, Andréa de Mayo, terá algo a nos dizer. Enfoco as histórias de Andréa, vividas na cena *underground* paulistana dos anos oitenta. Conforme veremos, ao relatar a si mesma, na imprensa, afirmando sobre si um domínio de autonomia (Butler, 2017), Andréa transforma sua existência no “teatro provocador do escândalo da verdade”, (Foucault, 2011, p. 163), ao arriscar uma crítica à individuação através do gênero. O trabalho de si que realiza, um modo de vida pública e exposta, dramatiza o choque com o poder que atravessa sua existência infame e a de seus próximos, “e que as marcou com suas garras, foi ele [o poder] que suscitou as poucas palavras que disso nos restam” (Foucault, 2006, p. 203). Naqueles anos, Andréa dizia “na rua, de dia, eu sou uma bicha, à noite eu sou uma estrela”, como a dizer que as performances de gênero em contexto teatral funcionam para reafirmar distinções sobre o real. Andréa mira os sentidos político-epistemológicos do que é então apreendido como uma vida.

Ao trazer essas passagens da imprensa para a análise enunciativa histórica aqui pretendida, aproveito os *insights* de Judith Butler em torno do assujeitamento, da subjetividade e da consciência de si. Reflito sobre os efeitos dinâmicos e complexos do poder na subjetivação, considerando que “sempre recupero, reconstruo e encarrego-me de ficcionalizar e fabular origens que não posso conhecer. Na construção da história, crio-me

em novas formas, instituindo um ‘eu’ narrativo que se sobrepõe ao ‘eu’ cuja vida passada procuro contar” (Butler, 2017, p. 55). Assim, aponto para a impossibilidade de um sujeito que tem pleno conhecimento e consciência de si, reconhecendo que o relato sempre nos coloca diante do indizível e que a negação pode ser criativa.

Derivada de Foucault e ressignificada por Butler, a noção de “cuidado de si” implica uma ética de autoformação por meio de práticas repetidas, atos e discursos que reforçam e recriam normas, pois também contém a possibilidade de subversão. As “técnicas de si” são práticas que os indivíduos usam para se entenderem, se controlarem e se transformarem, o que significa dizer que a elaboração de si é também uma forma de resistência contra o poder normativo e disciplinar. Ao repetir o que nos é dado, desenvolvendo práticas de liberdade e autoconhecimento, podemos alterar e deslocar os significados e expectativas associados às normas de gênero. Nesse sentido, argumento que o gênero e outras identidades não são fixas, essenciais ou pré-dadas, mas práticas autênticas em relação com formas de poder coercitivo e disciplinar, ou seja, os gêneros são continuamente produzidos e reproduzidos, são repetidos no tempo, criando a ilusão de uma identidade de gênero estável e coerente. A performatividade envolve a reflexão constante sobre esses atos e a forma como eles são interpretados e reforçados na sociedade. As histórias de Andréa de Mayo funcionam aqui como uma poderosa metáfora da teoria performativa de gênero de Judith Butler, que aponta o processo de autoinvenção não como embelezamento, mero adorno, mas como engajamento, um esforço contínuo de ficcionalização de origens, que mobiliza o antes, o durante e o depois, como veremos.

“TRAVESTI PINTA O ROSTO”

Em 1979, a paulistana Andréa de Mayo dá vida à travesti prostituta Geni no musical de Chico Buarque, *A ópera do malandro*. Na versão montada em São Paulo, sob direção do encenador e ator Luís Antônio Martinez Corrêa, Andréa canta, exhibe o peito hormonizado, os cabelos crespos, causando alvoroço. A temporada é curta. Sua presença em cena atrai ódios de forte sotaque católico, das extremas direitas de então. Filha de uma faxineira da TV Excelsior, aos vinte e poucos anos, Andréa, nascida em 4 de maio de 1950, tentava, naquele momento, os palcos. Paulistana da zona norte, ela saiu de casa antes de deixar a infância,

expulsa pela homofobia da vizinhança de classe média. Sua existência não cessa de interrogar o estatuto de “pessoa”, versão icônica de vida vivível, habitável, como veremos nesta seção. No entorno do afamado Largo do Arouche, Andréa abraçou vários trabalhos. Engraxou sapatos, lavou carros, varreu calçadas. Dormia na Praça da República.

Em fins daqueles anos setenta, *habitué* da *Val-Improviso* – famosa boate aberta em 1975, embaixo do viaduto Minhocão –, Andréa ensaia o seu reinado na noite, ganhando aos poucos traquejo como mestre de cerimônias (Felitti, 2022). Em 1983, apresenta o concurso Miss São Paulo Travesti. Na década seguinte, comanda a *Prohibidu's*, inferninho na Amaral Gurgel que abrigou o segmento travesti. Andréa fez fortuna com o aluguel de vagas em apartamentos que foi adquirindo. Ganhou fama por defender com unhas e dentes, segundo relatos, as travestis que se prostituíam no centro inóspito da capital, naqueles anos. Embora pudessem trabalhar nas boates, elas não eram admitidas como frequentadoras à época (Felitti, 2022). “É proibido ser viado nesse país”, ela dizia. “Travesti pinta o rosto” era outro de seus bordões então.

Em sua última década de vida, no ano de 1993, a travesti, representando a então criada Associação de Travestis de São Paulo, aparece em matéria da carioca *Manchete*, semanário de grande circulação naqueles anos. A reportagem enuncia: *Estão matando todos os travestis de São Paulo e Andréa vira homem*. Acusando a travestifobia, à época não nomeada, a revista ilustra com ironias o texto: “a comunidade *gay* arregaçou as plumas e resolveu se organizar”, diz, “para viver a vida que Deus não lhes deu”. Visibilização da morte como destino, recria sub-ontologias (menos humanas, mais precárias): “16 travestis foram assassinados ou sacrificados, segundo os moldes de uma inquisição rudimentar”, afirma-se, “melhor morrer de tiro que de tédio”. Naturalização da violência, como vemos.

Figura 1. Andréa de Mayo em reportagem da Revista Manchete. (Reprodução)



Fonte: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>. Acessado em 13/10/2023.

Reencenação dos padrões normalizados de aparência e vestuário, Andréa é representada em duas facetas (figura 1). O masculino como sinônimo de atividade. “Ernani Moreira na hora de lutar pelos direitos dos gays”, diz a legenda da fotografia onde Andréa aparece de terno e gravata. A frágil masculinidade é produzida, como vemos, em contraste com o modelo assujeitado de feminino, enunciando qualquer desvio do masculino como ameaça de perda do *status* conferido a pessoas tidas como “dentro da norma”. Recorro aqui à cisgeneridade, categoria que descentraliza o indivíduo ontologizado não trans, expondo o caráter inautêntico dos gêneros (Bonassi, 2017). O gênero cis é um alinhamento considerado superior ou mais “normal” em comparação com a transgeneridade. Com intenção regulatória, essa forma padrão prescreve “a cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios” (Foucault, 1982, p. 02). As identidades de gênero, não sendo inerentes,

intrínsecas, são realizadas repetidamente. Subjetividades que desafiam ou perturbam performances normativas emergem como crítica. Cito a matéria:

Andréa de Maio, que já viveu a personagem Geni na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra [...] é o presidente da associação de travestis de São Paulo, que já conta com 200 associados e um universo estimado em 10 mil travestis e transformistas. Sem papas na língua, *ela* resolveu jogar no ventilador da sociedade paulistana aquilo que mandaram jogar na Geni que viveu no teatro. “Muitos policiais e pais de família saem com a gente. Quando chegam em casa, eles passam a dar lições de moral”. [...] Andréa explica que o objetivo do grupo é conscientizar a sociedade para os direitos dos travestis: “não existe lei que proíba homem de vestir roupa de mulher”. (Revista Manchete, 1983, p. 66)

Sem desmentir estruturas instituídas, Andréa joga com os lugares de reconhecimento disponíveis, como vimos. Cita a lei que produz o feminino como sub-ontologia, a matriz de gênero que positiva atributos “masculinos” no “homem” mas não no seu “outro”, apontando para as possibilidades de resignificação do discurso. A performatividade, como vemos, não é uma descrição do que realizamos, mas uma ação política que valoriza a vida. A travesti “pinta o rosto”, Andréa dizia, “arregaça as plumas” (conforme a imprensa) contra a desumanização, contra a precarização do corpo e da existência, a sua e a de seus próximos. Quando do acontecimento da aids, em meados da década de oitenta, Andréa denuncia: “essa doença é só mais um inimigo” (Felitti, 2022). Mais que “conscientizar”, como classificou o jornal, ela realiza um trabalho pela verdade, que não se dá pelo “exemplo” ou “conselhos”, não é filantrópico, mas desconfia da humanidade. Assim, inverte a modalidade de vida considerada tranquila e benéfica, “na forma do que poderíamos chamar de vida militante, vida de combate e de luta contra si e por si, contra os outros e pelos outros” (Foucault, 2011, p. 250), aquilo que Michel Foucault defendia como uma prática de resistência e de transformação social. A militância, para Foucault, consiste em exercitar a “crítica genealógica” que exponha os mecanismos do poder, promovendo mudanças sociais e políticas.

Para Foucault, o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, criando saberes e subjetividades. A “vida militante” implica em uma vigilância constante sobre como o poder opera e se reproduz, além de um engajamento ativo em práticas que visam a transformação. Andréa mobiliza “aquilo que foi expulso do corpo, descartado como

excremento, tornado literalmente ‘Outro’” (Butler, 2015, p. 230). Interroga as divisões entre sujeito e abjeto, que demarcam os corpos válidos. Devolve assim uma crítica à “sociedade”, à monogamia cisheterossexual, ao dizer que “muitos policiais e pais de família saem com a gente. Quando chegam em casa, eles passam a dar lições de moral”, flagrantes violências éticas (Butler, 2017).

Entrevistada no programa de Hebe Camargo, em 1988, Andréa, dirigindo ao público verdades desagradáveis, mostra os dentes, por assim dizer: “eu sou um palhaço de luxo, que faço a sociedade à noite se divertir. [...] Meu filho é artista. Viado é o filho do vizinho, não é verdade?” (Andréa de Mayo, 1988). A reação da audiência cisgênera trai o potencial subversivo do discurso. Em linguagem áspera, desconstruindo “valores familiares”, Andréa desmonta a farsa e a presunção da heterossexualidade como norma. Mira o gênero cis, modelo regulatório, histórico, não essencial. Espectadores ligam para a produção do programa tentando frustrar a pauta que poria a perder a “família cristã nacional”, ameaçando a ordem heteropatriarcal, divina. A cisgeneridade, como vemos, é reconhecida como construção, mostrando-se irrealizável. “A fim de provocar os outros a ouvir que se enganam, se extraviam, e de detonar a hipocrisia dos valores recebidos” (Gros, 2011, p. 314), Andréa parece dramatizar o fazer político que Foucault designa como um modo de vida em ruptura, “por essa irrupção dissonante da ‘verdadeira vida’ no meio do concerto das mentiras e das falsas aparências, das injustiças aceitas e das iniquidades dissimuladas” (Gros, 2011, p. 314). O episódio mostra a interconexão entre pessoalidade e as relações sociais. Ao mesmo tempo, a capacidade de se recorrer à ação e à deliberação, a possibilidades de ressignificar o poder constitutivo ou subjetivador, como nos ensina Butler: “o sujeito foucaultiano nunca está totalmente constituído na sujeição, mas nela se constitui repetidamente; e é na possibilidade de uma repetição que se repete contra sua origem que a sujeição adquire seu poder involuntariamente habilitador” (Butler, 2019, p. 101). Assim, a produção disciplinar do sujeito fracassa, o esforço de assujeitamento ou redução totalizadora do sujeito não tem efeito paralisante.

A abordagem de Andréa, um trabalho de si para consigo e com outros implicados, rejeita, em favor da virtude, o estabelecido. Contraprática subversiva, desafia convenções, chamando a atenção para hipocrisias, pressões “familistas” que sustentam as normas sociais. Estou admitindo aqui a noção de resistência vinculada a uma ética da

vulnerabilidade, como desestabilização de categorias normativas. Dessa perspectiva, vemos o poder como algo difuso, presente em todas as relações, não como uma entidade ou posse, mas como interações. Proliferativo e conflituoso, o poder cria normas, saberes, categorias, regulando a vida em nível social e estatal, por meio de estratégias não onipotentes, mas “micropoderosas”. O efeito performativo do discurso “é muito mais do que um ‘sujeito’, pois o ‘sujeito’ criado não é, por esse motivo, fixado numa posição: ele se torna a ocasião para uma feitura posterior” (Butler, 2019, p. 107). Maleáveis, as relações de poder induzem a práticas de resistência - seguindo Butler -, desvios e estratégias que, ao invés de confrontar diretamente o poder, encontram maneiras mais sutis de contorná-lo ou miná-lo.

Destaco a seguir uma das cenas da entrevista televisiva protagonizada por Andréa de Mayo, reportagem no Comando da Madrugada, de Goulart de Andrade, programa exibido pela TV paulista Bandeirantes no ano de 1985. A reportagem que constituo aqui como fonte foi obtida a partir de uma versão encontrada em buscas na internet.² Enquanto maquia o apresentador, para irem às ruas, Andréa dispara: “de dia, os homens que estão com suas mulheres dão risada, apontam a gente e dão risada. Ainda fazem gozação em cima. Agora uma coisa eu acho muito estranho, Goulart, à noite eles procuram e querem pagar altos cachês para terem momentos de prazer com a gente” (Andréa de Mayo, 1985). Na sequência, o apresentador sairá com Andréa às ruas de peruca e maquiado. Andréa segue: “palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também. Porque, como eu estava falando, né. Por que o travesti não trabalha? Quem que dá trabalho para um travesti?”. Ali, ela articula uma resistência aos questionamentos da reportagem. Andréa, conforme relatos, “não era uma cafetina babadeira, do mal. Mas ninguém folgava com ela, michê, traficante, ladrãozinho... ninguém” (Wonder, 2010). Caracterizada, na imprensa, como “cafetina-travesti”, Andréa mantém uma relação com a narrativa e com a cena de interpelação. Instada a se pronunciar sobre a falta de condições para exercer sua existência, “põe em questão a legitimidade da autoridade evocada pela questão e pelo questionador ou tenta circunscrever um domínio de autonomia que não pode, ou não deve, ser imposto pelo questionador” (Butler, 2017, p. 23). O programa documenta a perseguição policial às travestis que se prostituíam. Andréa

² Fui auxiliado aqui pelo trabalho monográfico de Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, que me ajudou a enxergar aspectos analisáveis da reportagem televisiva, que muitas vezes são invisibilizados: os cortes, enquadramentos, a trilha sonora, entre outros.

designa a tática de automutilação com gilete, resistência às prisões, como “*habeas corpus* das travestis”, testemunhando os arbítrios permitidos pela ditadura.

Em aparição televisiva antológica, que encontramos em vídeo na internet, do ano de 1998, Andréa de Mayo confronta o radialista, advogado, publicitário e político Afanásio Jazadji, recordista em audiência na década de oitenta: “quando o senhor saiu às ruas angariando votos, disse para o indivíduo homossexual ‘não vote em mim?’”. Candidato mais votado para a Assembléia Legislativa no ano de 1986, eleito pelo PFL, Partido da Frente Liberal, Afanásio era líder do jornalismo policial radiofônico, defendendo a pena de morte e discursos contrários aos direitos humanos. Deputado cinco vezes consecutivas por São Paulo, em 1989, encaminhou um Projeto de Lei visando dar a denominação de “Dr. José Wilson Richetti” à Delegacia Seccional de Polícia Centro. Infame homenagem ao delegado que comandou, nos anos oitenta, batidas policiais e prisões nos pontos de prostituição travesti. Entre 1976 e 1982, as polícias civil e militar dos governos estaduais de Paulo Egídio Martins e Paulo Salim Maluf, sob comando do coronel Erasmo Dias, atualizaram um dispositivo do final do século dezenove, artigo 390 do Código Penal de 1890, que estabelecia o ócio improdutivo como crime, mais tarde contravenção. Na ditadura, o uso da Lei da Vadiagem e da arbitrária “prisão para averiguação” (Ocanha, 2014) exerciam uma forma de terror, justificando-se como “exceção”, para conduzir as condutas, governar deslocamentos. Essa política força a produção e organização espacial de sujeitos, generalizando a insegurança e criando alvos diferenciais. Noutras palavras, subjetiva a lei, que é voltada, estrito senso, para negros, pobres, travestis, profissionais do sexo, classes de pessoas “perigosas” (Nicolau, 2023). Reinventa assim o discurso da saúde e segurança pública, que encadeia disciplina, biopolítica e necropolítica, ou seja, “certa tradição estratégica do poder policial no Brasil, dirigida antes à uma redistribuição e controle das zonas e suas cortes marginais que a uma extirpação radical dos perversos” (Perlongher, 1987, p. 66). A combinação das noções de “desvio moral” e “subversão” ecoava, nos anos de chumbo, as campanhas de higiene social do começo do século e o pensamento eugênico dos anos 1930 e 1940: estudos médico-jurídicos, criminológicos, racializantes, a apropriação da categoria europeia “homossexualismo” pela medicina social (Fry; MacRay, 1983). As estratégias de controle da política nacional pós-64, agenciadas pelos governos hétero-militares (Quinalha, 2018) reproduziam a noção de “desvirilização” como ameaça à família-cristã nacional, ao

poder “pátrio” normalizador. Afirmando um domínio de “outros”, essenciais à normalização, o projeto político reprodutivo branco, cis e heterocentrado, masculinista, atualiza o identitarismo cristão filiado à matriz heteropatriarcal “Deus, Pátria, Família”, que se apóia em mitologias de engrandecimento e “democracia racial”, viril e branca (Miskolci, 2013).

Expostas a assédios, criminalização, as travestis, subsistindo principalmente das ruas, davam outra fisionomia aos modos conhecidos de afirmação do gênero. Disputavam, nas calçadas, os códigos que dizem os direitos de mulher e homem e que reproduzem a ficção de humano tida como “normal”, o corpo, a voz, o andar, os gestos “reconhecíveis”. Para escapar do código da vadiagem, nos anos oitenta, realizavam trabalhos diversos, precarizados. Na cruzada civilizatória das polícias de São Paulo, que pretendia “limpar” a cidade, “a travesti pinta o rosto”, ocupa vias noturnas da inteligibilidade do humano, territórios contranormativos. Contra o poder grotesco, irracional e tirânico, que aterroriza para maximizar seus efeitos (Foucault, 2001), a força do agenciamento travesti, naquele momento, está no modo de se revoltar, que tumultua, desordena, o conceito de indivíduo, capturado pelo biopoder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto efeito de relações governamentais, vimos, a relacionalidade ética emerge como possibilidade de resistência e solidariedade. Essa abordagem permite que as pessoas reconheçam e respondam às vulnerabilidades mútuas. Ao usar a consciência da precariedade compartilhada como base para a almejada mudança social, a vida militante de Andréa de Mayo, quebrando expectativas de conformidade, ajuda a expor nossa vulnerabilidade comum. Neste artigo, refleti sobre as formas específicas de poder utilizadas para justificar desigualdades, formas binárias de socialização. Supervisionadas por várias instituições, essas formas induzem à autorregulação. O gênero travesti não é indiferente, alheio, a essa arquitetura, maquinação que gera aquilo que proíbe, ou seja, as possibilidades de se passar da sujeição ao governo de si. Encontram-se vinculadas as práticas de autoprodução e as tecnologias do eu que permitem que os indivíduos confessem seus pensamentos e desejos, procurei apontar. Assim, explorei aqui a ideia de “dizer a verdade

sobre si” como um trabalho sobre ética. Encorajada a falar sobre si, Andréa aponta uma compreensão crítica profunda das práticas de poder que visam o corpo normalizado, útil. Atestando que o gênero não é um ato individual, mas um estilo de atuação, sancionado publicamente (Butler, 2018b), Andréa indica o performativo como um saber-fazer ambivalente.

Na primavera de 2016, uma placa no túmulo de Andréa no cemitério da Consolação a reconhece por seu nome. Ela morreu quando não era permitido a travestis retificarem documentos oficiais e as lápides produziam uma falsa impressão de que gêneros divergentes desexistem sempre, mas não! Por ocasião de sua morte, a coluna *Noite Ilustrada* do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 19 de maio do ano 2000, diz que Andréa guardou consigo um “mundo perigoso e cheio de regras veladas” (Palomino, 2000). O texto-obituário assinado por Erika Palomino, afirma que Andréa tornou-se a “mãe de todas as travestis”, como a dizer que esse gênero “é uma instância de resistência feminista enquanto demonstra o poder político coletivo das mulheres. E é compatível com as ideias de Foucault sobre poder e resistência. [...] Mostra como as normas podem restringir e promover a resistência ao mesmo tempo” (McLaren, 2016, p. 73). Indício de que os sujeitos são sempre ativos, de que a subjetivação é um processo de ressignificação permanente das relações de poder.

Nas linhas acima, vimos que os modos de ser dos sujeitos, as formas possíveis que devemos assumir, correspondem a um dado regime histórico de verdade. Vimos que a sujeição gera possibilidades indefinidas de autotransformação, de “conversão a si” ou subjetivação. Seguindo o rastro intelectual de Foucault e Butler, o desassujeitamento não se limita ao autoconhecimento, renúncia ou assunção de si. Consiste na recusa do que nos dizem que somos, num processo de autoconversão ética, que arrisca a respeitabilidade, oferecendo a crítica ao naturalizado e hegemônico. Abordando o gênero como desconstrução de evidências, este artigo aponta o reconhecimento como forma que limita, sujeita e possibilita a ação, um jogo entre forças sujeitantes e constitutivas que as histórias de Andréa de Mayo dramatizam. O desassujeitamento começa com a recusa das identidades que nos são ofertadas. Em vez de aceitar essas identidades, o indivíduo se engaja em um processo de desconstrução dessas categorias, reconhecendo-as como construções sociais e não como verdades naturais ou essenciais. A autoconversão ética é o processo pelo qual o indivíduo se transforma ao desafiar e reconfigurar as normas e valores internalizados. Isso

envolve uma reflexão crítica sobre como essas normas influenciam a própria identidade e comportamento e uma decisão consciente de viver de acordo com princípios éticos que são autênticos, em vez de simplesmente conformistas.

Para Andréa, o natural é a farsa, “todos representam”. Ela gostava de citar a canção de Vanusa, *Sonhos de um palhaço*: “o mundo sempre foi/ um circo sem igual/ onde todos representam bem ou mal”. A “naturalidade” é produzida como efeito de verdade, parece afirmar, e não representar bem a heterossexualidade, “comédia intrínseca, paródia constante de si mesma” (Butler, 2015, p. 211), torna-se perigoso. A morte e a vida de Andréa de Mayo falam de experiências-limite, de forças históricas que dobram linhas rígidas sujeitantes, normatizações que aferram o eu a marcações identitárias, gerando, ao mesmo tempo, possibilidades intempestivas, devires significantes. No presente, uma vez mais, orientações não heterossexuais continuam a ser consideradas desviantes e o gênero, na chave da inclusão, presta-se ainda ao escrutínio, super-visão. Por violência e por política, essa ordem investe na formação de “classes de vítimas”, de tutelados por instituições cisheteropatriarcais. Na forma de “disciplinaridade”, induzindo à autorregulação, as formas binárias de socialização, produzidas entre repetições sujeitantes e microrresistências, mostram-se frágeis quando desafiadas.

Butler aponta, com Foucault, a vulnerabilidade, não a onipotência do poder, cujo êxito “está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (Foucault, 2012a, p. 96), os quais não se resumem à interdição ou exclusão. A análise aqui tentada presta-se a evidenciar a intenção regulatória do dispositivo de gênero e sexualidade – rede complexa e interconectada de discursos e práticas que funcionam para produzir efeitos específicos de poder e controle. Com eficácia provisória, a economia heterossexual, realidade constantemente construída, resistida e transformada, é dependente de armários identitários, vulnerável ao agenciamento crítico. Ao visibilizar aqui o gênero travesti, não sustento que travestis sejam transgressoras. Travesti é uma identidade de gênero que se diferencia de outras, como mulheres transgênero, em aspectos culturais e de autodefinição. As travestis estão expostas e enfrentam a marginalização e violências. No entanto, também são reconhecidas por sua resistência e pela criação de espaços comunitários e culturais significativos.

Historicamente, as identidades de gênero são moldadas por normas culturais e contextos específicos, através da linguagem, práticas sociais e instituições, variando amplamente. A subjetividade de gênero é complexa porque envolve uma interseção de múltiplos fatores, lembrando que as pessoas exercem agência na construção e expressão de suas identidades de gênero. Isso inclui a capacidade de resistir e criar novas formas de ser e expressar seu gênero de maneiras inovadoras. Proponho que gênero e sexualidade não sejam tomadas como questões individuais, mas pensadas em termos de relacionalidade e interdependência, sem presumir um “lado de fora” das normas. Na perspectiva aqui privilegiada, a complexidade subjetiva excede abordagens de gênero taxonômicas, histórica e discursivamente instituídas, que tentam categorizar identidades de gênero em grupos definidos, como masculino, feminino, transgênero, travesti, não-binário, entre outros. A matriz que oferece os limites para o reconhecimento da personalidade depende de articulações, rearranjos constantes e as leis que buscam definir o que é “aceitável” e “natural” não conseguem capturar a fluidez e multiplicidade, impondo-se uma apreensão mais flexível e dinâmica de gênero. Por que não imaginar então outros meios de os indivíduos perceberem a si mesmos e se constituírem como sujeitos, desestabilizando instituições que dependem da reprodução da desigualdade?

REFERÊNCIAS

ANDRÉA DE MAYO (1985). In: **COMANDO DA MADRUGADA: Vida de Travesti**, TV Bandeirantes, 1985. (66 min.). Disponível em <<https://youtu.be/7ohpKzDPOwk>> Acessado em: 13/10/2023.

_____. (1988). In: **PROGRAMA HEBE: Travestis, Sistema Brasileiro de Televisão**, 1988. Disponível em <<https://youtu.be/lHfMPPiSWeA>>. Acessado em: 13/10/2023.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BONASSI, Brune Camillo. **CISNORMA: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017, 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. São Carlos: Contemporânea, 2011, p. 13-33.

_____. **O QUE É A CRÍTICA?** Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 22, p. 159-179, 2013.

_____. **PROBLEMAS DE GÊNERO: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **RELATAR A SI MESMO: crítica da violência ética**. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. **FUNDAÇÕES CONTINGENTES: feminismo e a questão do “pós-modernismo”**. In: **BENHABIB**, Seyla... [et. al.]. **DEBATES FEMINISTAS: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora UNESP, 2018a, p. 61-92.

_____. **OS ATOS PERFORMATIVOS E A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO:** um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Caderno de leituras, n. 78, p. 1-16, 2018b.

_____. A vida psíquica do poder. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. Corpos que importam. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições, 2020.

ESTÃO matando todos os travestis de São Paulo e Andréa vira homem. Revista Manchete, Rio de Janeiro, 24 abr. 1993.

FELITTI, Chico. Rainhas da noite. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

FOUCAULT, Michel. **HERCULINE BARBIN:** o diário de um hermafrodita. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. Os anormais. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O que é a crítica? In: **FOUCAULT**, Michel. Por uma Vida Não-Fascista. Organizado por Coletivo Sabotagem, 2004, p. 144-170.

_____. A vida dos homens infames. In: **FOUCAULT**, Michel. Estratégia, Poder-Saber. Ditos & Escritos IV. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006.

_____. A coragem da verdade. O governo de si e dos outros II. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2011.

_____. História da sexualidade 1: A vontade de saber. São Paulo. Edições Graal, 2012a.

_____. A ordem do discurso. São Paulo. Ed. Loyola, 2012b.

FRY, Peter; MACRAY, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo. Brasiliense, 1983.

GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. PALHAÇO PINTA O ROSTO PARA VIVER, E O TRAVESTI TAMBÉM: uma análise sobre a representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988). 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Brasília, UnB, 2018.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: **FOUCAULT, Michel.** A coragem da verdade. O governo de si e dos outros II. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2011, p. 301-316.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: **SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.).** História e teoria *queer*. Salvador, BA: Devires, 2018.

McLAREN, Margareth. Foucault, feminismo e subjetividade. São Paulo. Intermeios, 2016.

MISKOLCI, Richard. **O DESEJO DA NAÇÃO:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume Editora, 2013.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. Estudos Feministas, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

NICOLAU, Marcio. Luzes, Wonder, ação! Subjetividades travestis em São Paulo, décadas de 1970 e 1980. 2023, 208 f. Tese (Doutorado em História). Seropédica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: **GREEN**, James; **QUINALHA**, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo. Editora EdUFSCar, 2014, p. 149-175.

PALOMINO, Érika (2000). In: Histórias de um underground brasileiro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 mai. 2000, p. 21. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/>>. Acessado em 06/10/2022.

PERLONGHER, Néstor. O que é Aids. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

QUINALHA, Renan. **UMA DITADURA HÉTERO-MILITAR**: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: **GREEN**, James... [et. al.]. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Editorial, 2018, p. 15-38.

VEIGA-NETO, Alfredo; **LOPES**, Maura. Inclusão e governamentalidade. Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

_____. A inclusão como dominação do outro pelo mesmo. Pedagogía y saberes, n. 36, 2012, p. 57-68.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “uma categoria útil de análise”. Educar, n. 35, p. 23-36., 2009.

WONDER, Claudia (2010). In: Andréia de Maio, a poderosa chefona. Revista Trip. Disponível em <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/andreia-de-maio-a-poderosa-chefona>> Acessado em 13/10/2023.